

Ivana Stolze Lima
Doutora em História pela UFF

As Rusgas da Identidade

Rio de Janeiro, 1831-1833

Anarquia, tumultos, desordens, tropelias e ameaças. Durante longo tempo os anos de 1831, 1832 e 1833 ficaram restritos a essa avaliação e imagem, na cidade do Rio de Janeiro. Momento de intensa experiência política de grupos sociais urbanos, envolvidos seminalmente na tarefa (e crença) de tornar a política algo público. Este caráter peculiar advinha de que, para estas multidões (das quais categorias sócio-profissionais preconcebidas não podem dar conta com exatidão), sua identidade, enquanto “brasileiros” e “cidadãos”, dependia do direcionamento que julgavam ser capazes de dar à ordem política do país. Tal imagem de anarquia foi atribuída por seus próprios algozes, aqueles que vão imprimir a direção polí-

tica do Estado imperial, representados no governo regencial por homens como Evaristo da Veiga, Diogo Antônio Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Luís Alves de Lima e Silva, Eusébio de Queirós – os nomes dos adversários são quase absolutamente desconhecidos, o que não é desprovido de importância. Esta situação teve continuidade no momento em que a classe senhorial garantiu, de forma um pouco mais estável, seu monopólio político a partir da maioria de d. Pedro II em 1840. A memória que a historiografia do século XIX produziu sobre o período manteve, portanto, o olhar próprio dos grupos vitoriosos, que afinal de contas representava, vindo ali apenas um momento de “exaltação” do nativismo, que seria destrutivo, caso não

houvesse sido controlado. É o caso de Moreira de Azevedo, que aos “motins políticos e militares” dedicou artigos publicados nas décadas de 1860 e 1870, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.¹ Pode-se, porém, subverter esta memória: se há tantas falas negativas e desqualificadoras, que na melhor das hipóteses tomam aqueles movimentos como “iludidos”, quem sabe isto não se deve exatamente à sua importância, pelo desconcerto que causou?

O historiador que hoje pretende conhecer melhor aquele momento, encontra não simplesmente uma documentação com suas marcas e vestígios, mas também um de seus instrumentos de ação, que foi a imprensa (igualmente considerada desordenada e confusa). A imprensa foi um palco acirradíssimo de disputas políticas, o que pode ser medido pelo número de títulos publicados na cidade do Rio de Janeiro entre 1830 e 1833 (em outras localidades a proliferação foi relativamente semelhante): 12 títulos em 1830; 45 em 1831; 36 em 1832; 51 em 1833.² Após o ápice do último ano, a proliferação cedeu lugar a um silêncio. Acompanhando e pontuando tais disputas, evidenciava-se um outro palco, o da “rua”, onde se sucederam motins, assassinatos, agressões, prisões, “tumultos e assuadas”, e, definidos pelo recente Código Criminal, os “ajuntamentos ilícitos”, “sedições”, “conspirações”.

Os títulos sugerem a disputa entre agressiva, moderada ou cômica, em torno da

identidade e da política. Em face da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, ou do *Sete de Abril*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, expoentes do governo regencial, posicionavam-se *O Brasileiro Pardo*, *O Brasil Aflito*, *O Jurujuba dos Farroupilhas*, *A Babosa*, *O Burro Magro*, *O Rusquentinho*, *O Homem de Cor*, *O Crioulinho*, *O Índigena do Brasil*, *O Exaltado*, *O Filho da Terra*, *O Veterano ou o Pai do Filho da Terra*, *O Esbarra*, *O Cabrito*, *O Macaco ou O Palhaço da Oposição*, *A Nova Luz Brasileira* e muitos outros, todos anônimos, e sobre a maioria dos quais pairam muito mais especulações e atribuições do que certeza a respeito da autoria.³

Seria genérico demais falar destas disputas políticas de inspiração liberal – a luta que grupos urbanos travaram pelo reconhecimento como “cidadãos” –, sem considerar um aspecto da cultura política específica daquele momento, isto é, de seus valores, comportamentos e experiências singulares: ou seja, o fato de que eram disputas em torno da identidade. Em primeiro lugar a identidade de “brasileiro” (que era por seu turno pautada por uma posição política e pela defesa da independência, num momento em que esta ainda se encontrava em processo de consolidação, e não só pelo nascimento no território) e, em segundo lugar, uma identidade “racial”, tendo como referência as cores dos cidadãos. O tema, tão presente, das “cores dos cidadãos” deve ser entendido não só como

atributo físico; o sentido político do “cidadão de cor”, do “brasileiro pardo” é muito mais rico e complexo do que a cor da pele. Isto é o que torna ainda mais interessante este momento da história.

A partir deste aspecto, privilegiarei o estreito laço entre a ação política, onde tiveram destaque os momentos de violência política e a construção de identidades. Não é objetivo esgotar a enorme massa documental e as questões relativas ao período, mas sim destacar um aspecto que parece fundamental e permite tornar complexa e ultrapassada uma outra imagem tradicional da historiografia e da época, que classifica o contexto como disputas entre liberais moderados, liberais exaltados e restauradores, termos que muitas vezes foram utilizados mais pelos respectivos adversários, como forma de desqualificação e insulto, do que pelos supostos grupos que tais termos evocam, grupos estes que talvez nem se compreendessem e fossem organizados enquanto tais. Os “moderados” foram talvez mais violentos que os “exaltados”: veja-se o exemplo de Diogo Feijó, ministro da Justiça em 1831, e primeiro responsável pela manutenção da ordem pública na Corte – sua atuação foi principalmente no sentido de reprimir a “anarquia”, isto é, a dissidência política e a ameaça social por ela expressada.⁴ A percepção da “anarquia”, da “horda de bárbaros”, da “gente de chinelo e cacetete” e da “desordem” vinha do fato de que a política estava nas ruas. E o medo das

ruas não era pequeno neste momento. O próprio redator da *Aurora Fluminense* expressava sua preocupação com uma vulgarização incontrolada das idéias liberais: “o nosso patriota por excelência, nos armarinhos, nas boticas e mesmo nos botequins, de manhã, de tarde, à noite vive na ociosidade mais profunda discorrendo sobre política; e que política!”.⁵ O mesmo estranhamento era expresso em outros periódicos, como se, fora de espaços delimitados e de certos códigos compartilhados, falar de política se tornasse uma pretensão descabida.

Para fins meramente analíticos, pode-se distinguir dois níveis de tensão e enfrentamento. O primeiro, mais geral, colocava em confronto projetos políticos mais amplos: o grupo que assume o governo regencial, analisado em sua base social por Alcir Lenharo em *As tropas da moderação*, e Ilmar Rohloff de Mattos, que em *O tempo saquarema*⁶ pretendeu, em um primeiro momento, afastar a ameaça absolutista identificada ao governo do primeiro imperador (e daí algumas reformas de cunho liberal, como por exemplo o Código Criminal, a Guarda Nacional, o Júri) e então consolidar as bases de uma monarquia representativa e centralizada, sob a direção da classe senhorial e a manutenção do monopólio da propriedade da terra e da mão-de-obra escrava. Outro projeto, que não era unificado (veja-se as diversas revoltas provinciais, que assumiram formatos diferenciados e que repercutiram, ora mais,

ora menos, os conflitos sociais de cada região), defendia de uma forma geral a manutenção da monarquia – que não se entendia como oposta da idéia de “república” –, mas sem a centralização e predomínio da Corte, ou seja, apresentava argumentos em prol da federação. E um terceiro projeto seria a restauração do governo de d. Pedro I, que se dissolve com sua morte em 1834, mas que, entretanto, envolvia também interesses corporativos, sobretudo entre os militares e burocratas. Abaixo deste nível mais geral, as tensões, especialmente aquelas relativas aos grupos urbanos aqui focalizados, envolviam disputas mais imediatas, como a ocupação do mercado de trabalho privado, as nomeações para os corpos militares, a participação na Guarda Nacional, e o acesso aos empregos públicos, entre outras. Assim, por exemplo, o periódico *Homem de Cor*, lamentava que portugueses ou “brasileiros adotivos” fossem nomeados oficiais militares ou tivessem acesso aos “empregos” (entenda-se, públicos), em detrimento daqueles que seriam os verdadeiros “brasileiros”, incluindo os “mulatos”, que lutaram na Independência e na “gloriosa revolução do 7 de abril”. O antilusitanismo tinha, portanto, não só como alvo a ameaça (nem sempre efetiva) de restauração do trono de d. Pedro I, mas uma série de questões mais imediatas. O acesso à Guarda Nacional, para um homem livre e pobre, ainda que não trouxesse um soldo, significava evitar o fantasma sempre real do recrutamento, bem como

assegurava seu reconhecimento como “cidadão”,⁷ o que poderia abrir para ele novas oportunidades sociais. Essas expectativas estão na base da mobilização em torno do projeto de lei de naturalização de estrangeiros⁸ e algumas tentativas de limitar a imigração portuguesa para o país.

Muitos e diferenciados foram os momentos de conflito no Rio de Janeiro naqueles anos de 1831, 1832 e 1833. Ainda antes da abdicação, as “garrafadas” em março de 1831; a sedição militar de julho do mesmo ano; os “tiros no teatro”; a rebelião da Ilha das Cobras; os motins políticos em abril de 1832; a destruição de tipografias e a invasão da Sociedade Militar em dezembro de 1833 são alguns dos acontecimentos mais conhecidos. Acrescente-se, ainda, vários outros episódios, “assuadas” e “tumultos”, atentados contra redatores como o que Evaristo da Veiga sofreu em novembro de 1832, quando foi atingido por um tiro de pistola, e mesmo assassinatos, como o do redator do *Brasil Aflito*, em 1833. Inúmeras vezes jornalistas foram chamados ao júri e responderam a processos de abuso de liberdade de imprensa. De fato, a política havia tomado conta das ruas.

Os conflitos que tiveram como cenário algumas áreas do centro da cidade do Rio, entre 11 e 15 de março de 1831, conhecidos como “noite das garrafadas”, compõem um momento privilegiado para se perceber a relação travada entre violência política e os mecanismos de cons-

trução e atribuição de identidades. Muitas pessoas foram feridas, mas o episódio não se reduziu a meras agressões físicas, demonstrações de força, tumultos e desordens como mostra a documentação policial.⁹ Até porque alguns momentos mais lembravam uma festa com bandas de música, empolgação, fogueiras e movimentação pelas ruas da cidade. Foram utilizadas ou brandidas armas mais ou menos perigosas como chuços, pedaços de pau, armas de fogo, fundos de garrafa; mas talvez o que decidia de fato a briga eram os gritos de viva dados pelos portugueses ao imperador Pedro I, à República, à Federação, e os aplausos dados pelos “brasileiros” ao “imperador”, enquanto constitucional. Mesclava-se a legalidade à inversão, a ponto de mesmo a polícia confundir-se sobre os que mereciam ser capturados e de oficiais militares serem os mais predispostos aos ataques. Antecedendo em algumas semanas a abdicação do imperador, em 7 de abril, as “garrafadas” foram um êxtase de identidades, onde a nacionalidade de portugueses e brasileiros envolvia fatores mais complexos que o lugar de nascimento, e ali apareceram contingentes sociais excluídos da participação política no sentido estrito.¹⁰

Tudo aconteceu por ocasião do retorno, à cidade, de d. Pedro I, que vinha da província de Minas Gerais onde, infrutiferamente, fora buscar apoio político para seu já combalido governo. Aliás, lá encontrara antes a memória revoltada do

assassinato do jornalista Líbero Badaró no ano anterior. No Rio, alguns grupos de “portugueses” e “brasileiros adotivos” decidiram homenageá-lo, usando a tradicional fogueira, fogos de artifício, cantoria e iluminação das casas. Era costume antigo da cultura portuguesa grupos se reunirem em torno da viola e da fogueira; competidores que conseguissem destruir tanto um como outro enchiam-se de orgulho.¹¹ Pois bem, aqui uns procuravam destruir fogueiras alheias, enquanto tentavam gritar mais alto seu próprio viva.

Segundo narra John Armitage, em 11 de março, “uma porção de mancebos pertencentes ao partido exaltado, reunidos a outra de oficiais militares (pois que a desafeição geral se havia comunicado até ao próprio exército) percorreram as ruas dando vivas à Constituição, à Assembléia Geral e ao imperador, enquanto constitucional etc.”¹² Assim o faziam, exatamente para provocar aqueles que se reuniam em torno das fogueiras. Nessa mesma noite, um sapateiro chamado José Antônio, e que portava o laço nacional, distintivo da independência, de cor verde e amarela, o qual já vinha sendo usado orgulhosamente por muitos na cidade, passava acompanhado de “duas pardas” pela rua da Quitanda – local de concentração dos portugueses e de “gente empregada no comércio” quando foi interpelado, sendo-lhe, ordenado que retirasse o laço. Ao mesmo tempo, foram dirigidos ao grupo vários insultos e ofensas.

Os acontecimentos mais graves aconteceram no dia 13. Acompanhando o relato da autoridade policial pode-se perceber como em diferentes pontos da cidade os conflitos ocorreram, havendo dois “campos” distintos, um na área próxima à rua da Quitanda e outro no Rocio, rebatizado de praça da Constituição, atual praça Tiradentes, onde os “brasileiros” se concentraram, e que o relato apresenta como “bando formado no Rocio de gente de diferentes cores”. A autoridade policial afirmou que encontrou grande tumulto na citada rua, para lá enviando o comandante das armas, que seguiu pela rua do Lavradio, onde encontrou um homem que dizia ter ido com companheiros à igreja da Lampadoza, vizinha ao Rocio, para tocar o rebate (isto é, tocar o sino apressadamente para avisar sobre um perigo). Para lá também se dirigiu um oficial que rondava a Casa da Suplicação. Ele ouviu, sem distinguir muito bem, “uns vivas”, para o lado da rua do Piolho. Tendo notícia de que mesmo policiais estavam sendo maltratados pelo “bando” do Rocio, a autoridade policial decidiu para lá enviar o juiz de paz da freguesia do Sacramento. Andando em direção contrária pela rua do Ouvidor, encontrou um outro grupo, que tencionava exatamente ir ao campo inimigo, gritando: “vivas à Sua Majestade” e “morreram os federalistas e republicanos”. O comandante das armas fez com que esse grupo retornasse e fosse vigiado por alguma tropa, voltando em seguida ao Rocio, onde achou “dois grupos de

povo”, a quem ordenou que se recolhessem “já que não eram horas próprias de andarem à rua”. No entanto, de novo começaram os vivas à “Sua Majestade, o imperador”, acrescentados de um decisivo “constitucional” e “vivas à Assembléia Legislativa” e aos “deputados liberais”. Este grupo protestou ainda que “os portugueses tinham derramado sangue dos brasileiros e que devia ser vingado (sic)”. Uma das testemunhas descreveu um dos grupos que gritava pela Federação como “uma porção de homens quase todos pardos de jaquetas armados de pau” e com “muito poucos homens brancos”. Novamente um “grande bando com músicos”, que vinha pela rua do Ouvidor, dizia que ia “acabar com os republicanos e federalistas”, a quem a autoridade fez retornar, desta vez com uma escolta de cavalaria e infantaria. Voltando ao Rocio, a autoridade foi atingida por uma pedra, e a confusão permaneceu ainda durante algum tempo, enquanto os grupos se enfrentavam com fundos de garrafas e outros objetos. Muitos foram presos (como por exemplo “os pretos José Honório, José Bernardes e Antônio José Lopes, Egídio Manuel, Manuel Francisco, e os pardos Elias de Sousa, Bonifácio José, Alexandrino Antônio, Albino Joaquim da Costa, e o francês Pedro Liorde”, e um escravo que mentiu dizendo ser forro), a polícia atirou sobre a multidão, mas provavelmente o que de fato dispersou os rivais foi o temporal que se abateu sobre a cidade. Dentre os muitos feridos, um cadete de primeira linha, Luís

Carlos Cardoso Cajueiro, natural do Maranhão, a quem o coronel Frias prendeu para evitar que morresse das pauladas que recebeu, pois ao observar as luminárias, um grupo de homens se aproximou dando vivas ao imperador, e ele respondeu o fatídico “constitucional”. Por isso, o cadete Luís Carlos Cardoso Cajueiro teve a cabeça quebrada.

Consta ainda entre os episódios desses dias, a queixa dada por um homem de que havia sido ferido por um sujeito, que além de gritar “federação”, portava no chapéu “um laço chamado federação”, objeto este levado em presença da polícia e acrescentado ao processo.

Na noite de 14 de março a polícia encontrou uma “multidão de perto de mil homens armados de paus, e outras armas (...) que deram muitos vivas à Sua Majestade constitucional e à Constituição do Império”. Desta vez não se limitavam ao Rocio, estavam também no Paço. Um homem, que acabou preso e remetido ao juiz criminal, gritava ao desembainhar sua espada: “brasileiros, vamos a eles”. Outro preso, no dia 15, foi Rodrigo Paz de Amaral, que era comissário da Esquadra Nacional, à rua Direita, atual Primeiro de Março, e próxima ao campo “português”; ele dava vivas à federação, direcionados à tropa que ali se encontrava, isto é, aliciava os próprios mantenedores da ordem.

Um episódio bastante revelador do sentimento que orientava estes confrontos envolveu vários oficiais: um capitão do

batalhão de caçadores, um tenente do batalhão do imperador, e dois alferes, um do batalhão de granadeiros e outro do batalhão de caçadores. Presos, estes oficiais, desacatando as autoridades, tentaram aliciar a guarnição, “ofendendo a sagrada pessoa do imperador” (lembrese de passagem que a abdicação ainda não tinha acontecido). Junto a eles, o “redator do tribuno” ia também preso e participava da mesma atitude. Diziam à guarnição do escaler onde se encontravam e que era “composta de pretos e pardos” que “só eles é que eram sua gente e que todos quanto eram brasileiros adotivos sem exceção de um só deviam ser passados à espada”. Tais palavras eram prova, para a polícia, da “má índole de tais indivíduos e seus péssimos sentimentos”.

Segundo uma testemunha, vivas também foram clamados à “liberdade de imprensa”. Outro grito de guerra, este sem dúvida bastante repetido, era o insultuoso “mata, mata que é cabra”, algumas vezes acompanhado de golpes de chuços ou garrafas sobre algum “brasileiro” infeliz, a quem em geral tirava-se também o chapéu que portasse o laço nacional. Contra os “adotivos” replicavam com um “mata chumbo”. O insulto de “mata que é cabra” foi dirigido também a um livreiro (atividade que não podia ser neutra naquele contexto) chamado Silvino José de Almeida, com loja na “Praça da Constituição”, segundo o próprio fez questão de nomear, à diferença de todos os ou-

tros depoimentos que usaram ainda o termo da época colonial, “Rocio”. Designado como “pardo” pela documentação, presenciou, acuado em sua loja fechada, uma confusão e ajuntamento de pessoas. As janelas foram quebradas e ouviram-se os gritos de “mata, mata que é cabra”.

Gostaria de ressaltar que todas as expressões que indicam os grupos e a identidade racial foram citadas entre aspas, mantendo-se a preocupação com os discursos originais, porque nenhuma delas deve ser entendida sem a aura política que as acompanhava, tratando-se seja do relato policial (que evidentemente não é imune aos valores e tensões da época), seja das testemunhas, ou seja no seu uso pela imprensa, da qual trataremos adiante. Neste contexto, muitos dos que se auto-designaram “brasileiros” não nasceram necessariamente no Brasil. Muitos dos “cabras” ou “pardos” não eram forçosamente de pele escura. Exaltados de Salvador, na mesma época, defendiam a substituição do imperador por seu filho, afirmando que Pedro II é “cabra como nós”.¹³ João José Reis, referindo-se à guerra da independência na Bahia, entre 1822 e 1823, explora de forma interessante os insultos de “cabra” e “caído”, apontando uma “linguagem racial como dispositivo de combate”.¹⁴

Além disso, estes confrontos não colocavam em questão apenas a permanência ou não do monarca. Eles expressavam, ainda que indiretamente, tensões

e conflitos sociais latentes, de uma sociedade há pouco liberta do jugo colonial, mas que manteve as estruturas básicas da colonização: a escravidão, a grande propriedade, a economia agro-exportadora, a acentuada hierarquização. Escravos participaram das “garrafadas”, tendo sido preocupação da polícia investigar, dentre os “pretos e pardos” presos, aqueles que eram desta condição, para que fossem encaminhados a seus proprietários. Além disso, naquele momento, os grupos intermediários convencionalmente designados como os homens livres e pobres, os libertos, artesãos, boticários, barbeiros, alfaiates, soldados, trabalhadores das oficinas tipográficas e outras categorias, vislumbraram a possibilidade tanto de uma participação política como de uma ascensão social, empolgados com as palavras de ordem como “nação”, “constituição”, “liberdade”.

Portanto, se a cor da pele foi um símbolo, um tema das discussões políticas, ora como insulto, ora como auto-elogio, isso não foi certamente casual. Antes, explica-se pela própria formação histórica da sociedade, pela composição, tradição e origem de seus habitantes.

Vivenciada nas ruas da cidade em vários momentos de conflito aberto (como, para dar um exemplo bastante rico, o episódio dos “tiros no teatro” em 28 de setembro de 1831),¹⁵ a linguagem racial das disputas políticas perpassou também as páginas dos periódicos. Passemos a abordá-los em seguida, focalizando es-

pecialmente o que foi definido como os atributos do cidadão mulato, sabendo já que os termos que designam identidades raciais carregam muito mais que suportes naturais. Não interessa desvendar no signatário do periódico intitulado *O Homem de Cor* os sinais naturais de uma determinada ascendência. Antes, interessa investigar como o termo é dotado de certa significação, como é preenchido de atributos e se torna o caminho para uma certa posição política. A epígrafe do jornal era a citação de um artigo constitucional: "Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes."

O redator procurava combater uma afirmação de Manuel Zeferino dos Santos, então presidente da província de Pernambuco, que continha críticas à qualificação dos oficiais da Guarda Nacional, e propunha a separação entre os batalhões "segundo os quilates da cor". Ora, um dos principais interesses defendidos pelo *Homem de Cor* era exatamente a participação nesta instituição. O artigo constitucional é assim interpretado pelo redator:

(...) o título segundo da Constituição, marcando os cidadãos brasileiros, não distinguiu o roxo do amarelo, o vermelho do preto, mas o ditador Zeferino, na Pátria dos agostinhos, e Camões, ousou em menoscabo da grande lei cravar agudo punhal em os peitos brasileiros.¹⁶

O jornal duvidava da possibilidade de se dividir a Guarda Nacional em "intitulados brancos", "mulatos" e "pretos", e procurava lamentar a falsa aliança dos "moderados": "Quando se há mister dos homens, todos somos patrícios, a terra é nossa, fingem-se 'cartas de liberdades', forças no arsenal; quando servidos: mulatos e pretos tomam vosso lugar, sois maioria atrevida, gente de chinelo e cacetete." *O Homem de Cor* declarava ainda a harmonia em que têm vivido os "exaltados" e os "brancos não moderados". Em termos mais específicos (ou corporativos), a preocupação do *Mulato*, título que o periódico assume em seu terceiro número, é o desprezo a que estariam submetidos alguns oficiais, verdadeiros patriotas em seu entender, citados textualmente: o brigadeiro Paula, o alferes Bacelar, o capitão Solidônio, Rangel, Pimenta e outros.¹⁷ Um outro periódico intitulado *O Evaristo* também citava estes nomes, que deveriam ser resguardados em função de sua "honra militar".¹⁸

É curioso que o argumento que garantiria a inexistência da divisão dos cidadãos pelas suas cores não incide sobre o campo racial ou natural, mas surge do processo liberal, legal. O descarte do argumento racial em benefício do argumento político está no cerne dos fundamentos teóricos do discurso do jornal, tornando este uso bastante especial em comparação com a visão presente da hierarquia da sociedade, como naturalmente instituída. Nesse mesmo espírito, *O*

Martelo criticava a constituição norte-americana, que havia excluído os “mulatinhos” dos direitos políticos.¹⁹

Já no primeiro número, o jornal advertia:

O Homem de Cor, como é livre, sairá quando quiser sem licença do branco presidente de Pernambuco; salvo se algum *roldão* acutilar o redator!...²⁰

O ‘roldão’ era uma referência ao assassinato do redator do *Brasil Aflito*, Clemente José de Oliveira, pelo filho do regente Francisco de Lima e Silva, Carlos Miguel de Lima (e irmão do futuro duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, que desde 1831 ocupava um posto de comando na organização policial). Este episódio ganhou as páginas de vários jornais, dividindo os partidos de opinião. A *Aurora Fluminense* procurou retirar o conteúdo político do assassinato, afirmando-o ser do campo da honra familiar, ferida pelo redator, que teria dado tempos antes um depoimento a uma autoridade judicial no qual as irmãs do regente teriam sido caluniadas. A *Aurora* procurava equilibrar a lei pública e a lei familiar: “Nós não podemos aprovar uma ação que as leis condenam, mas perguntamos a qualquer pai, esposo ou irmão o que fazia, se acerca do que lhe é mais caro, de pessoas de um sexo que não tem defesa, um bandido, um insolente usasse da linguagem que usou em público, perante um juiz, o indivíduo que foi acutilado pelo senhor Carlos Miguel de Lima?!”²¹ Ao contrário, o *Homem de Cor* refutava o conteúdo e a própria existên-

cia destes documentos, e procurava denunciar a impunidade de crime injusto. Mais uma vez afirmava sua identidade: “Criminoso seria o homem de cor, se na crise mais arriscada, na ocasião em que os agentes do poder desembainham as espadas dando profundos golpes na Constituição, na liberdade, e em tudo que há de mais sagrado no enfeitado Brasil guardasse mudo silêncio, filho da coação, ou do terror.”²²

Foram freqüentes tais momentos de violência, sempre envolvendo dimensões políticas, hierárquicas, identitárias, mostrando que o discurso liberal não era seguido à risca, como a *Aurora* involuntariamente nos faz perceber. O *Homem de Cor* contrapunha à violência a “espada justiceira da opinião pública”.²³ O *Evaristo* fazia afirmação semelhante: “Pensará o senhor Lima que com a sua faminta espada, imporá silêncio à liberdade de imprensa?”²⁴

Também foi tema de grande agitação na Corte e na cena periódica a prisão de Maurício José de Lafuente, outro “escritor público”. Além de detido no navio *Presiganga*, foi ainda recrutado para a Marinha: “teve o infeliz homem de cor a sorte de ser marinheiro, depois de ter sido cadete, e depois de ter exposto sua vida em defesa da liberdade”.²⁵

No ano anterior, o mesmo já havia sido detido e submetido a processo judicial pela acusação de ter se envolvido em um “motim e assuada” no largo do Paço em que se defendia a volta do gabinete mi-

nisterial de 3 de agosto, mesmo que para isso fosse necessário ir o “povo às armas” e onde um impresso, contendo a proclamação, afixado na porta do correio foi o ponto de referência do movimento.²⁶

Segundo o *Homem de Cor*, Lafuente teria a “pecha de ser mulato” — algumas testemunhas do processo de 1832 o classificaram como pardo — e este seria, complementando a perseguição que teria sofrido por ter comparecido ao funeral do redator do *Brasil Afrito*, sendo mesmo demitido de seu cargo no Arsenal da Marinha, o “único motivo que deu origem a sua prisão, pois foi feita no dia em que a Restauração apareceu tratando-o de bode, farroupilha etc.” Note-se que Lafuente não só desfrutava do título nobre de cadete, como era um bem sucedido negociante na cidade. Estes atributos devem ser vistos em conjunto, pois assim é que aparecem no texto do jornal. Em outras palavras, não se tratava de qualquer mulato.

O governo mantinha-se obstinado em “fazer guerra aos mulatos”, e mesmo tendo “raça misturada” não desistia de “exterminar a gente de cor”. Resta de alguma forma dar o devido peso a esse extermínio: a exclusão política, corporificada nas eleições e nos “empregos públicos”.

Nas eleições tivemos o exemplo, não há um representante das nossas cores, nos empregos públicos, e de toda a parte nos excluíram, e vós ó escravos, que mamando na teta de tais feras lhes estais dando força, desenganai-vos,

pois os moderados não fazem caso de vós por serdes mulatos, deixai de uma vez esse partido infame, e antibrasileiro que vos julga menos que seus escravos, e vinde de novo alistar-vos nas nossas exaltadas fileiras.²⁷

Este outro trecho levanta novamente a questão da diferença de cor e dos princípios jurídicos afirmados na Constituição do Império, agora tratando da atividade do recenseamento:

Não sabemos o motivo porque os brancos moderados nos não declarado guerra, há pouco lemos uma circular em que se declara que as listas dos cidadãos brasileiros devem conter a diferença de cor e isto entre os homens livres! A Constituição, tantas vezes desflorada pelos moderados, é hoje apenas letras de que apreço nenhum fazem os liberais por excelência. Seria melhor que tomassem o conselho do *Homem de Cor* que não exasperassem os mulatos sempre amigos da lei e da ordem, e se deixassem de distinções que em verdade são fatalíssimas, mormente quando a nação brasileira se acha dilacerada pelos partidos (...).²⁸

Expressa-se aí a reação ao projeto de designar, nos censos, a cor dos cidadãos livres. Duas décadas depois, projeto semelhante gerou revoltas, no Nordeste, que adiaram por outras duas décadas o primeiro censo geral do Império, e dificultaram o registro civil.²⁹ O Homem de cor, o mulato, são acima de tudo livres.

É importante esclarecer que o termo escravo não é um dos que irão compor o campo semântico de “mulato” ou “homem de cor”. A escravidão não estava em questão. Esperava-se, porém, que no grupo dos livres, não houvesse distinções. O homem de cor definia-se a partir de oposições. Contrário aos “brancos moderados”, mas aliado dos “brancos não-moderados”. Não se confundia com “escravos”.

A *Aurora Fluminense* mantinha-se relativamente afastada dos significantes de cor, seja como termos de autodenominação, seja como qualificação de aliados ou adversários. Talvez procurasse, com esse relativo silêncio, escapar àquela linguagem racial, embora isso fosse inevitável, como por exemplo quando usava a expressão “periódico do Haiti”³⁰ para designar o *Nova Luz Brasileira* (algo que este jornal, tido como dos mais importantes na difusão do vocabulário liberal, recusa veementemente: ele não queria se confundir com a “revolução do Haiti!”). De toda forma há um contraste entre uma fala e um silêncio, atravessando as maneiras diferentes de entender a nacionalidade. O silêncio nem por isso deixava de ser estratégico.

O *Babosa* prossegue no seu afã de que o espera colher bom resultado (...) Quer ele provar no seu segundo número que as razões das saudades por d. Pedro são os erros e crimes do atual governo. E qual são estes erros e crimes? (...) a guerra feita aos homens de

cor, vermelhos, pardos, pretos e morenos. Muito se cansa o *Babosa*, e todos os colegas da sua crença, para dar corpo a esta miserável intriga, e fazer sublevar contra o governo e contra a ordem atual de coisas a gente de cor (...).

(...) felizmente, no Brasil, sempre a tal respeito os prejuízos foram muito mais apagados do que no resto da América (...).³¹

Apesar dessa tentativa da *Aurora Fluminense* de silenciar o tema das cores dos cidadãos, havia uma espécie de jogo entre xingamentos e atribuições de identidades. Os exemplos poderiam ser aqui multiplicados, com nuances quanto ao preenchimento do termo “mulato” (ver *O Brasileiro Pardo*, *O Sentinela da Liberdade*, *O Crioulinho*, entre outros). Esse jogo porém não se deu apenas sob a forma do discurso sério ou dos enfrentamentos nas ruas. Ao contrário, o cômico, próprio aos pasquins, constituiu das mais interessantes características deste contexto de construção das identidades. E é também, para a análise, o mais fecundo caminho para não perceber a identidade como uma essência, e sim em sua historicidade. O cômico subverte as regras e o mundo. Muito comum foi o questionamento sobre supostos brancos, que ocupavam postos importantes no governo, ridicularizados sobre sua ascendência, com acusações de bastardia (ver por exemplo *O Martelo*). Também *O Crioulinho* optou por uma linguagem de escárnio e zombaria ao re-

fletir sobre a mudança dos moderados, que antes do 7 de abril convidavam sujeitos para participarem de suas fileiras, designando-os como “irmãos” e “cidadãos”, e prometendo “franquear-lhes a entrada para os primeiros empregos nacionais”, mas que, depois da abdicação, passaram a designá-los “patriotas de faca e cacete”.

(...) por último, em ajuste de contas babau... nunca mais apareceu um emprego para um crioulo, e nem um crioulo para um emprego.³²

A mesma dupla questão da obtenção dos cargos ou funções públicas e da autêntica identidade foi tematizada pelo *O Cabrito*. Este periódico dedicou-se ciosamente a outra das datas que devem ser memoradas: as noites de meados de março de 1831.

Brasileiros mulatos, um cabrito vosso patricio é quem vos vai falar; não é um filho de *cacheu*, que se finge pardo para vos iludir; é um cabrito que hoje ainda tem manchas no corpo recebidas nas ruas da Quitanda, Pescadores, Rosário etc, etc; é um cabrito que não é moderado, e que não se unirá a eles

enquanto forem protetores dos malvados chumbeiros; é um cabrito que ainda conserva em memória as expressões de que se serviram os insolentes garrafistas de março, na sua exposição dos acontecimentos de 11 a 15 de março de 1831, e que vai transcrever nesta folha alguns pedaços da mesma exposição, para lembrá-las a alguns que já se tiverem esquecido.³³

Rememorar as “garrafadas” era a tarefa a que se propunha *O Cabrito*, em 1833. Falava àqueles que designava como “brasileiros mulatos”. Um dos aspectos que torna tão singular este momento da história é exatamente esta profusão de adjetivos da palavra “brasileiro”, da palavra “cidadão” e da linguagem racial. Progressivamente estes temas e experiências desapareceram da cena política. A polifonia, a pluralidade de vozes falando dos rumos políticos e do que entendiam como tornar-se brasileiro cedeu lugar a uma série de restrições para que alguém fosse, efetivamente, cidadão. Da mesma forma, passou a ser privilégio de poucos definir o conteúdo do que consistia ser brasileiro.

1. Os seguintes artigos são de autoria de Moreira de Azevedo: “Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro”, *RIHGB*, t. 36; “Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro”, *RIHGB*, t. 37; “Sedição militar de julho de 1831”, *RIHGB*, t. 37; “Motim político de 17 de abril de 1832 no Rio de Janeiro”, *RIHGB*, t. 38; “Motim político de dezembro de 1833 no Rio de

Janeiro”, *RIHGB*, t. 39. No que concerne ao horizonte teórico onde esses movimentos foram enquadrados, bem como a posterior ordem política consolidada, teve papel fundamental o autor Justiniano José da Rocha em seu célebre panfleto *Ação, reação, transação*. Escreve ele: “A anarquia foi comprimida!”, em: Magalhães Jr., Raimundo, *Três panfletários do segundo reinado*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, p. 178-180.

2. Levantamento feito pela autora a partir da coleção de periódicos raros da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional.
3. Sobre outros aspectos da imprensa do período, ver Ivana Stolze Lima, “Com a palavra, a cidade mestiça: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833”, em: Ilmar Rohloff de Mattos (org.), *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*, Rio de Janeiro, Access, 1998. Informações gerais podem ser obtidas na obra de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
4. Sobre a articulação entre os motins políticos e a ameaça social ver especialmente as análises de Thomas Holloway, *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, cap. 3. Ver também José Luís Werneck da Silva e outros, *A polícia na Corte e no Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Série Estudos-PUC-Rio, nº 3, 1981, p. 51.
5. *Aurora Fluminense*, nº ilegível, 22 de agosto de 1831, Biblioteca Nacional.
6. Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*, 2ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1987 e Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 25).
7. Margarida de Souza Neves e outros, *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro, 1831-1918*, nº 5, Rio de Janeiro, Série Estudos PUC-Rio, nº 5, 1981 e Thomas Holloway, op. cit.
8. Ver por exemplo *O Martelo*, nº 3, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1832, Biblioteca Nacional.
9. Traslado do processo que motivou os Tumultos das Garrafadas dos dias 13, 14 e 15 de março de 1831, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.
10. Gladys S. Ribeiro, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, tese de doutorado, São Paulo, Unicamp, 1997.
11. John Armitage, *História do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1981, p. 249.
12. John Armitage, op. cit., p. 217.
13. A expressão é citada por Stuart Schwartz, “The formation of a colonial identity in Brazil”, em Nicholas Canny e Anthony Pagden, *Colonial identity in the Atlantic world, 1500-1800*, Princeton, Princeton University Press, 1987.
14. João José Reis, “O jogo duro do dois de julho: o ‘Partido Negro’ na independência da Bahia”, em João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 84-85.
15. Segundo Carl Seidler (um militar alemão, próximo da família real, e dispensado do serviço pelas reformas no exército) as transformações atravessadas pelo Teatro de São Pedro (atual João Caetano) eram lamentáveis. Ele via ali não mais as apresentações das companhias européias, e sim o que designava como um “drama nacional”, “drama popular” ou mais especificamente “drama popular mulato”, cuja característica que mais parece desgostá-lo era o fato de todos terem se tornado atores, todos participavam dele, no palco ou nos bastidores. Aliás, o teatro passara, sugestivamente, a chamar-se Teatro Constitucional Fluminense e muitas peças de cunho político foram ali encenadas. Nesse clima é que ocorreu um confronto de ofensas entre um oficial militar “brasileiro” e outro “português”, que logo degingolou para uma série de ataques contra a guarda municipal, a quem o juiz de paz encarregou de controlar a situação, e que era tida como prioritariamente “portuguesa”. Com os ânimos acirrados, e ouvindo as injúrias, a guarda acabou por atirar sobre a multidão no recinto do teatro. O episódio foi freqüentemente rememorado pela imprensa de oposição ao governo regencial como um dos momentos de traição da nacionalidade. Ver Moreira de Azevedo, “Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro”, op. cit., e Carl Seidler, *Dez anos no Brasil*, 1ª ed., São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 51-53.
16. *O Homem de Cor*, nº 1, 14 de setembro de 1833, Biblioteca Nacional. A partir do nº 3, o título muda: *O Mulato ou o Homem de Cor*.
17. *O Mulato ou o Homem de Cor*, nº 3, 16 de outubro de 1833, Biblioteca Nacional.
18. *O Evaristo*, nº 3, 12 de outubro de 1833, Biblioteca Nacional.

19. *O Martelo*, nº 3, 14 de setembro de 1832, Biblioteca Nacional.
20. *O Homem de Cor*, nº 1, 14 de setembro de 1833.
21. *Aurora Fluminense*, nº ilegível, 13 de setembro de 1833, Biblioteca Nacional.
22. *O Mulato ou o Homem de Cor*, nº 4, 23 de outubro de 1833.
23. *O Mulato ou o Homem de Cor*, nº 3, 16 de outubro de 1833.
24. *O Evaristo*, nº 1, 26 de setembro de 1833.
25. *O Mulato ou o Homem de Cor*, nº 4, 23 de outubro de 1833.
26. Processo Lafuente (Autos de sumário... pelo motim e assuada, ajuntamento ilícito no largo do Passo e lugar do correio no dia doze de setembro, da parte que faz culpa ao réu Maurício José Lafuente, 1832), Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.
27. *O Mulato ou o Homem de Cor*, nº 4, 23 de outubro de 1833.
28. *O Mulato ou o Homem de Cor*, nº 5, 4 de novembro de 1833.
29. Joaquim Norberto de Souza e Silva, *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*, edição fac-similar, São Paulo, IPE/USP, 1986, p. 14-15.
30. *Aurora Fluminense*, nº 538, 24 de agosto de 1831. *A nova luz brasileira*, utilizava a mesma injúria: "os membros grandes criminosos d'ó gabinete secreto, os homens que estão senhores dessa manobra haitiana", nº 145, 8 de junho de 1831, Biblioteca Nacional.
31. *Aurora Fluminense*, nº 818, 20 de setembro de 1833.
32. *O Crioulinho*, nº 1. 30 de novembro 1833, Arquivo Nacional.
33. *O Cabrito*, nº 1, 7 de novembro de 1833, Arquivo Nacional.

A B S T R A C T

To distinguish the printing press this article exposes an animated and singular violent dispute performed by the innumerable races existent in the city of Rio de Janeiro, in the year of 1831, 1832 e 1833. Thus, the attributions imposed or assumed of adjectives as 'colored man', 'mulatto', 'brown' and 'creole' acquire a signification essentially political, throughout which urban groups claim the recognition of citizens.